



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

ATA DA 1ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CES/RS

1 No dia 28 do mês de maio de 2015, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de
2 Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta:
3 **Discussão e aprovação do Documento Orientador da 7ª Conferência Estadual de Saúde do Rio**
4 **Grande do Sul – 7ª CES/RS. Titulares:** Odil Gomes, José Helio Freitas, Luis Alberto Pinheiro,
5 Jairo Tessari, Sandra Leon, Camila Jacques, Viviane Menezes, Célia Chaves, Adão Zanandrea, Zilá
6 Cohen, Juliana Wingert, Ana Valls, Sonia Pinheiro, Claudio Augustin, Carlos Weber, Ivete
7 Dorneles. **Suplentes:** Ivanir Argenta, Sandra Schmitt, Mara Soeiro, Fernanda Silva e Denise Braga.
8 Célia Chaves dá início à Plenária falando da importância da discussão do referido documento em
9 pauta porque reflete o que se pensa em relação às Conferências de Saúde e pede que se atente ao
10 documento em sua construção e mérito e não a detalhes ortográficos. Claudio Augustin informa que
11 o texto é fruto de diversas reuniões com a participação de inúmeras pessoas. Diz que pensaram que
12 os municípios deveriam apresentar cinco propostas por eixos e que são 500 municípios e são nove
13 eixos. Então pensam em juntar as propostas para tentar garantir uma relatoria factível na
14 conferência. Havia a ideia de fazer um parágrafo por eixo explicando o que é cada um, mas como
15 não houve tempo não foi possível colocar no documento. Informa que lerão o documento e que se
16 houver recusa ou proposta ao documento será discutido no final. Camila Jacques inicia a leitura do
17 documento. Não há destaque no eixo 1. Destaques do eixo 2, Adão Zanandrea sugere no que se
18 refere a reabilitação que deveria haver fornecimento de órtese e próteses e material ortopédico e
19 para procedimentos cirúrgicos. Carlos Duarte fala sobre os portadores de patologias, sugere que
20 caberia algo com relação a atenção de patologias que levam a deficiências porque não fala em
21 nenhum local, porque a política da pessoa portadora de deficiência não inclui a pessoa com
22 deficiência causada por patologia. Ana Valls sugere que deve incluir centros de prevenção e não só
23 de reabilitação, acrescentando o que disse Adão Zanandrea. Jairo Tessari lê o item 6 e destaca que
24 os hospitais públicos devem ser 100% SUS mas que tem hospitais públicos muito pequenos e
25 sugere que fique procedimentos e exames e não de alta complexidade. Sandra Leon fala do item 1
26 de âmbito estadual de efetivar a lei da reforma psiquiátrica e acha que deve ser acrescentado a lei
27 estadual 9716/92, porque só está a lei federal. E como proposta nova seria de implementar a política
28 de educação popular em saúde no estado, que será debatida no eixo das propostas de educação.
29 Camila Jacques se refere ao item 5 e acredita que não é necessário colocar que está em
30 contraposição aos interesses políticos, porque tem vezes que os gestores têm os mesmos interesses
31 econômicos e políticos. Carlos Duarte solicita a inclusão do texto “acesso universal a saúde com
32 integralidade da ação para promoção, proteção e recuperação nas redes de serviços de saúde e com
33 profissionais habilitados e qualificados para atender as demandas e necessidades do usuário com
34 doenças transmissíveis ou crônicas não transmissíveis, respeitando as diferenças e especificidades
35 de cada sujeito”, porque existem várias propostas em nível nacional de tratar doenças transmissíveis
36 não em ambientes de saúde. José Hélio fala sobre o território porque algumas pessoas não poderiam
37 acessar a atenção básica por causa do sigilo e sugere o texto “garantir o acesso de pessoas fora do
38 seu domicílio que tenham impedimentos de utilizar serviços de saúde em seu território, salvo
39 exceções”. Não havendo mais destaques Camila prossegue a leitura do eixo 3. Célia destaca no item
40 4 para substituir qualificar por fortalecer. Carlos Duarte solicita alterar o texto e colocar “ampliar e
41 aprimorar a política nacional de educação permanente para o controle social no SUS”, que é o nome
42 da política. Não havendo mais destaques Camila segue a leitura do eixo 4. Carlos Duarte sugere que

43 no tema de trabalho e formação que só faz menção ao trabalho, deve ter alguma coisa sobre
44 formação e qualificação dos profissionais e pede a inclusão de “trabalhar a questão da
45 discriminação e do racismo institucional que ocorre nos serviços de saúde”, porque é fato que há
46 racismo e discriminação. E outra questão é com relação ao mais médico e mais especialidades,
47 devem tratar com todas as especialidades e não só algumas. Viviane Menezes fala do item 5 que
48 cada curso de graduação tem as suas diretrizes nacionais e se discute a exigência de diretrizes para
49 os cursos. Sem mais destaques passam para os eixos 5 e 6. Debatem a importância do uso das
50 propostas aprovadas nas conferências nos planos de saúde sugerindo que o termo seja “exigir” a
51 utilização dessas propostas nos planos. Carlos Duarte diz que não entendeu direito a proposta no
52 item 5 e acredita que não está clara de que se defende uma regionalização e sim uma criação de uma
53 autarquia. Não tem proposta de redação, mas parece que não estão defendendo a regionalização.
54 Ana Valls diz que não é a favor da proposta 5. Não acredita que se deva criar mais um ente público
55 administrativo e sim fazer funcionar o que já tem nas regiões. Denise da SES concorda com o que
56 Ana Valls disse e que os entes já existem e que não deve ser criado mais nenhum. Célia acha que
57 deve ficar o termo de garantir a regionalização, mas deve explicar como isso pode ser implantado.
58 Após ampla discussão sobre a criação ou não de entes públicos, autarquias, espaços administrativos
59 para a regionalização do SUS chegou-se a conclusão de que deverão votar na manutenção ou não da
60 proposta 5, se fica como está ou que seja criado um ente que seja uma autarquia ou não. Com 8
61 votos a favor fica o texto inicial. Camila retorna a leitura do documento no eixo 7. Carlos Duarte
62 acha que o item 4 está muito focado em conselhos mas acha de deve discutir os meios de
63 comunicação devendo ser mais ampla e que isso seja incluído como proposta nova. Ana Valls
64 sugere acrescentar a expressão “com tecnologia de menor impacto à saúde e ao meio ambiente” no
65 item 5. Sandra Leon sugere a inclusão da proposta “implementar a política de educação popular em
66 saúde”. Camila segue a leitura do eixo 8. Carlos Duarte no item 4 acredita que deve usar o termo
67 “implantação das práticas integrativas e complementares”. E de inclusão com relação à questão da
68 aprovação da reformulação da lei de patentes no Brasil, garantindo a viabilidade da assistência
69 farmacêutica e ainda a defesa do sistema Conep. Sem mais destaques e inclusões Camila segue a
70 leitura. Denise fala do item 2 e não está de acordo com regular os meios de comunicação. Carlos
71 Duarte sugere a inclusão da questão da garantia dos direitos humanos contra as leis que visem
72 contrapor essa questão e contra o PL que penaliza a transmissão de doenças como HIV, por
73 exemplo. Sem mais sugestões coloca-se em votação e é aprovado com uma abstenção o documento.
74 Nada mais havendo a tratar, Célia Chaves deu por encerrada a reunião, da qual eu, Valdirene Corrêa
75 lavei a presente ata que, após leitura e aprovação, será assinada pela Presidente do CES. Porto
76 Alegre, 28 de maio de 2015.

Célia Chaves
Presidente do CES/RS